

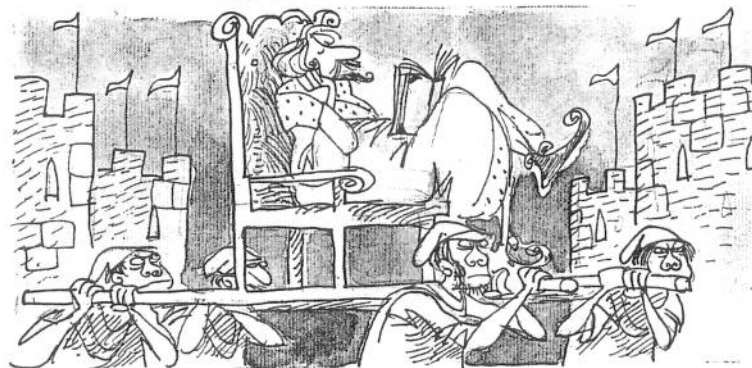
Duas classes de brasileiros

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

A Previdência Social é um dos mais sérios problemas do País. O esforço nacional para sustentá-la dentro do sistema da seguridade — em face do fantástico nível de desperdícios oficiais e por serem seus recursos públicos, numa primeira etapa, administrados pela Receita Federal, que se apropria do custo do dinheiro — resulta inútil. Apesar de pagarem, empregados e empregadores — em nível de carga tributária sobre o PIB — o que pagam os contribuintes de outros países, a “contribuição turista”, que circula fora dos cofres da Previdência, e a esclerosada máquina administrativa, tornam “pessimizada” (expressão própria de economistas sem muito apego à lingüística) a relação ideal entre ingressos e benefícios.

Acresce-se razoável índice de sonegação, cujo “monopólio” parcial é exercido pelas empresas do Estado — as grandes devedoras do INSS — em clara demonstração de que seus acionistas controladores (União, Estados e municípios) aderiram à cínica tese dos pregadores que dizem: “Façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço”.

A distorção maior, todavia, reside nas duas categorias de brasileiros que a legislação conforma. Há os brasileiros de 1ª classe, empregados pelo Estado, os quais recebem aposentadoria integral, de acordo com os vencimentos, que percebem



PARA A PREVIDÊNCIA HÁ
DUAS CATEGORIAS DE BRASILEIROS:
A DOS ESCRAVOS DA GLEBA
E A DOS SENHORES FEUDAIS.

enquanto na ativa, e os brasileiros de 2ª classe (povo em geral e sociedade não-governamental) que podem receber, no máximo, 10 salários, mesmo que tenham contribuído com muito mais. Na maior parte das vezes, recebe o servidor público mais do que recolheu. Na maior parte das vezes, recebe o cidadão que não trabalha para o Estado, menos do que recolheu.

Há, portanto, para a Previdência, duas categorias de brasileiros que, em imagem medieval, poderiam ser apresentadas como: a dos escravos da gleba, que sustentam os senhores feudais e recebem pouco quando se aposentam; e a dos senhores feudais, sustentados pelos escravos da gleba, que muito recebem na aposentadoria.

Tais distorções precisam ser corrigidas. Veja-se, por exemplo, a comparação a seguir. A média recebida do INSS pelos cidadãos que não estão no governo, é de 128,00 reais contra a média de 1.560,00 dos que participam do poder (*O Estado de São Paulo* - 27/11/94-B.8). Recebem, os servidores, em um mês, o que os pobres cidadãos levam um ano para conseguir.

Parece-me, pois, que, a par da luta pela eliminação das duas deletérias categorias (poderia ser uma única), deveria reduzir o custo dos tributos sobre a área social.

Propus a eliminação de todas as contribuições sociais, tais como PIS, Confins, social sobre o lucro, previdenciária, etc., substituindo-as por uma única, no estilo do imposto úni-

co do professor Marcos Cintra, com destinação da receita, de imediato, para a seguridade.

Desta forma, haveria um controle maior e uma redução sensível dos custos diretos de administração tributária por parte do governo. Mais do que isto, as empresas maiores, mesmo que, com pouca mão-de-obra, por maior automatização, contribuiriam mais, na medida em que arrecadariam de acordo com suas potencialidades, independentemente do nível de mão-de-obra empregada. Tal sugestão enviei para a OIT, a pedido do delegado da organização no Brasil, pois não só geraria mercado interno, como espaços se abririam para a competitividade internacional.

A par da sugestão acima, a descentralização existente antes (IAPC, IAPI, etc.) poderia permitir um melhor gerenciamento de recursos.

Todos temos que pensar em um sistema melhor do que o atual, que passará, necessariamente, pela privatização parcial e por uma adequação da máquina burocrática à necessidade do País. O novo governo tem a palavra. Que seja um discurso permeado de ação correta.

O AUTOR

Ives Gandra da Silva
Martins é professor
emérito da
Universidade
Mackenzie

